

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS Ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-PB – 28/03/2023 – 9h Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABCON	Luiz Pannuti Carra (T)
	Ana Paula Fernandes Abrahão (S)
AEEAV	Edilson Pentean (S)
AEAP	Tatiane Elaine Zani Bistafa (T)
ANA	Osman Fernandes da Silva (S)
CATI	Gustavo Ferraz de Arruda Vieira (S)
CIESP - DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno (T)
CODEN	Jaqueline Carraro Socci (T)
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico (T)
DAAE - Rio Claro	Ricardo Buiocchi Bossi (T)
DAE Jundiaí	Maria das Graças Martini (T)
DAEE	Caroline Túbero Bacchin (T)
	Viviane Maria Beduschi de Arantes (S)
Elo Ambiental	Francisco Paulo Oliva Barijan (T)
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner (T)
	Maria Cláudia Zorzenon Chinolli (S)
P.M. de Indaiatuba	Karoline Monaro (S)
	Danielle França Nery (S)
P. M. de Itatiba	Thaís Polezel Franco de Camargo (S)
P. M. de Jaguariúna	Silvana Turolla Broleze (S)
P. M. de Jundiaí	Guilherme Theodoro N. P. de Lima (T)
P. M. de Limeira	Tiago Bacarin Custódio (S)
P. M. de Louveira	Luiz Henrique Dutra Gema (S)
SAA	Gustavo Ferraz de Arruda Vieira (S)
SABESP	Maurício Polezi (T)
	Nilton de Santana (S)
	Hélio Rubens G. Figueiredo (S)
SANEBAVI	Mara Leteliane Reis Leite (S)
SEMAE	Renato Natalio Cardoso (S)
SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner (T)
UNICA	André Elia Neto (T)

Membros ausentes	
Entidade	
AERA Amparo	
AESABESP	

ASSEMAE
CETESB
CISBRA
Consórcio Piraí
DAE Valinhos
IGAM
Instituto Agir Ambiental
IPÊ
IPT
P.M. de Analândia
P. M. de Campo Limpo Paulista
Rotary International – D4590
SANASA
SIMA

Membros ausentes com justificativa	
Entidade	
P. M. de Holambra	

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Allan Campos
	Tiago Georgette
	Diogo Pedrozo
	Eduardo Léo
ANA	Kátia Cezarino
	Daniela Gonçalves
	Marcelo Pires da Costa
SABESP	Marcelo Mazzola
	Wilson Stocco

(T) – Titular (S) – Suplente (R) – Representante

Aos vinte e oito dias do mês de março de 2023, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 99ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ.

1. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 21 de março de 2023. **2. Abertura da 99ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sra. Caroline Túbero Bacchin, representante do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) e coordenadora da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, e pela Sra. Raquel Eliana Metzner, representante do Instituto

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS Ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-PB – 28/03/2023 – 9h Reunião por videoconferência – *Google Meet*

de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí/IPSA-C e coordenadora-adjunta da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, que agradeceram a presença de todos e indicaram aos presentes a existência de quórum em segunda chamada (mais de 33%) para o início da reunião. **3. Informes. 3.1. Informes da coordenação da CT-PB.** A Sra. Caroline informou que não havia informes por parte da coordenação. **3.2. Informes dos membros da CT-PB.** A Sra. Caroline questionou os membros sobre os informes e não houve solicitação. **3.3. Informes da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.** A Sra. Caroline passou a palavra ao Sr. Tiago Georgette, da equipe de apoio da Secretaria Executiva (SE/PCJ) para os informes: **a)** Alteração de representantes na CT-PB: informou que entre a última reunião e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representantes de dois membros: **i. IPT**, solicitando o desligamento e substituição da Sra. Marsis Cabral Júnior como representante titular pela Sra. Alessandra Gonçalves Siqueira. E o desligamento e substituição da Sra. Priscilla Moreira Argentin pelo Sr. Guilherme de Paula Santos como representante suplente; **ii. PM de Louveira/SP**, solicitando o desligamento e substituição do Sr. André Gatti Filho como representante titular pelo Sr. Mateus Bento Batista Arantes e a indicação dos Srs. Daniel Fernando, Gustavo Henrique, Bruno Muller, Rodolfo Duarte, Vinícius Gottschall, Israel Silva de Oliveira, José Ricardo, Lucas Strabello e das Sras. Carolina Mazine, Tatiana Fidelis, Flávia Izaura, Rose Mary e Vanessa Fernanda como representantes suplentes. Como essas alterações são de entidades já participantes, o Sr. Tiago destacou que não cabe aprovação havendo apenas a ciência aos demais membros da CT; **b)** Plano de Capacitação dos membros dos Comitês PCJ: o Sr. Tiago salientou a importância dos representantes realizarem cursos de capacitação em plataformas como da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) pelo *link* <<https://capacitacao.ana.gov.br>> e do Capacita-SIGRH pelo *link* <<https://sigrh.sp.gov.br/capacita>>. Reforçou que os cursos disponibilizados na Escola Virtual de Governo (EV.G) estão integradas no sistema da ANA com todos os cursos disponibilizados naquela plataforma. Solicitou que os representantes que

concluírem cursos encaminhem os certificados de cursos com os temas de meio ambiente e recursos hídricos, realizados em 2023, para o *e-mail* da SE/PCJ, para que os Comitês PCJ possam atender as metas do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ; **c)** Custeio das diárias dos representantes da sociedade civil em reuniões dos Comitês PCJ: o Sr. Tiago reforçou que um representante de cada membro da sociedade civil pode solicitar diária de custeio para participação de reuniões que não aconteçam no mesmo município de residência dele. As solicitações devem ser realizadas com cinco dias de antecedência e um relatório de participação deve ser preenchido até dez dias após a realização da reunião. Reforçou que no relatório deve conter imagem da lista de presença e o representante deve lembrar de registrar uma foto da lista com sua assinatura para comprovação. Os documentos de solicitação e comprovação e as deliberações que regulamentam esse processo são acessados por meio deste *link* e maiores informações, podem ser buscadas junto à Agência PCJ; **d)** Próxima reunião agendada dos Comitês PCJ: convidou a todos para participarem, da 29ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, destacando que a participação não é obrigatória para não membros, a ser realizada no dia 30/03/2023, às 9h30 na Escola de Engenharia de Piracicaba (EEP) no município de Piracicaba/SP. **4. Aprovação da Ata da 98ª Reunião Ordinária da CT-PB, realizada em 15/02/23.** Na sequência, a Sra. Caroline abriu espaço para manifestação sobre o conteúdo da minuta da Ata da 98ª Reunião Ordinária da CT-PB, realizada em 15/02/23, por videoconferência. A Sra. Caroline questionou se haveria alguma alteração ou complemento da minuta, e não havendo, colocou em votação sendo aprovada por unanimidade. **5. Apresentação do Manual para Avaliação da Implementação de Planos de Recursos Hídricos.** Na sequência, a Sra. Caroline convidou a Sra. Daniela Gonçalves, representante da Superintendência de Planos, Programas e Projetos (SPP) da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), para fazer sua apresentação com o tema “Manual para avaliação da implementação de Planos de Recursos Hídricos”. A Sra. Daniela agradeceu a oportunidade e destacou que o Manual encontra-se disponível neste *link* para acesso de todos os interessados. Destacou que o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS Ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-PB – 28/03/2023 – 9h Reunião por videoconferência – *Google Meet*

planejamento não pode ser um fim em si mesmo, mas que está integrada no ciclo de impacto na sociedade: i. problema ou demanda da sociedade; ii. planejamento expresso em programas; iii. execução dos programas; iv. monitoramento; v. avaliação; vi. revisão dos programas. Destacou que os desafios do monitoramento são o envolvimento dos diversos atores do Sistema Integrado Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH); grupos específicos para o monitoramento da implementação; e o método para monitoramento e avaliação da implementação de Planos de Recursos Hídricos (PRH). Dentre os benefícios da implementação, apresentou: melhora da implementação dos planos; análise crítica específica de cada opção; superação dos atrasos sem impactar o ciclo de implementação; evidencição das necessidades de ajustes no planejamento; gestão facilitada com informações claras e diretas; conhecimento aprofundado das ações do plano; avaliação qualitativa e quantitativa da implementação; e facilita a divulgação com respostas claras e linguagem padronizada. Como exemplo, apresentou a avaliação realizada no Plano de Recursos Hídricos - PRH da bacia do Rio Piancó-Piranhas-Açu e do Plano Integrado de Recursos Hídricos - PIRH do Rio Paranapanema onde houve melhora sensível no avanço da implementação. O Manual apresenta uma padronização de um método para avaliação para cada ação e para o plano como um todo e destacou que a ANA não é a avaliadora, mas ela oferece a metodologia para que os Comitês de Bacias Hidrográficas possam realizar essa avaliação. Informou que a metodologia está dividida em 9 (nove) passos, agrupados em três etapas: i. avaliação do programa ou ação - construção do painel de controle por programa ou ação; ii. avaliação global do desenvolvimento do plano - construção do painel de controle global do plano; iii. elaboração do relatório de avaliação da implementação do PRH. Apresentou um exemplo de painel de controle - contendo programa previsto, indicador de desempenho, resultados e curva de avanço do programa ou ação - e o método de avaliação do indicador de desempenho. Depois apresentou a metodologia de avaliação global da implementação do PRH. Assim, o foco é disponibilizar informações de modo agradável e que possibilite que o tomador de decisão possa verificar quais são as ações

que demandam maior cuidado para sua implementação. Destacou que muitas instituições têm utilizado a tecnologia “*Power BI*” para apresentação dos resultados do monitoramento. Como considerações finais, a Sra. Daniela destacou que o ponto de partida para o processo de avaliação é o monitoramento da implementação do PRH; que facilita a criação de estratégias para implementação de cada ação, com análise crítica realizada; que todas as informações necessárias ao preenchimento dos painéis de controle devem constar dos planos de ações; que o relatório de avaliação da implementação do PRH deve ser específico; que a visualização direta, fácil e agradável dos dados para a tomada de decisão; e a possibilidade de realizar a avaliação do desempenho *versus* a avaliação do impacto como resultado. Portanto, a avaliação é um instrumento poderoso para melhorar a implementação do PRH. Por fim, sintetizou apresentando: i. Desafios: entidades monitorando e avaliando seus PRHs e a utilização dos indicadores na gestão; ii. Estratégias: grupos para o acompanhamento e monitoramento do PRH e o conhecimento das necessidades e demandas específicas ao SINGREH; iii. Resultados esperados: monitoramento dos PRHs e envolvimento dos atores na bacia e a implementação dos PRHs e divulgação na bacia. A Sra. Caroline agradeceu a apresentação e abriu para dúvidas e esclarecimentos. O Sr. Eduardo Léo, coordenador de Sistemas de Informação da Agência PCJ, destacou a importância do estabelecimento de uma metodologia de avaliação da implementação e destacou o quanto isso facilitará o trabalho por parte do grupo de acompanhamento do Plano das Bacias PCJ 2020-2035. Como exemplo, explicou o quanto o trabalho de manual de acompanhamento facilita o trabalho assim como o Guia de Acompanhamento dos Planos de Segurança da Água da Agência PCJ ([link](#)). O Sr. Eduardo perguntou se a proposta de metodologia abrange a avaliação individualizada da qualidade e da implementação de índices de saneamento pelos municípios. O Sr. Marcelo Mazzola, representante da ANA, destacou que metodologia de acompanhamento do avanço do desempenho dos municípios é o próximo desafio a ser elaborado pela ANA de modo passo-a-passo, já que o acompanhamento não pode ser de médio e longo prazo pois perpassa todo o tempo de implementação dos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS Ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-PB – 28/03/2023 – 9h Reunião por videoconferência – *Google Meet*

PRHs. A Sra. Daniela explicou que o próximo passo é a elaboração Manual de Indicadores de Resultado para avaliar a qualidade de entrega e que um primeiro passo está sendo implementado na Bacia do Rio Doce (MG/ES). O Sr. Guilherme de Lima, representante da PM de Jundiá/SP, questionou quais as razões mais comuns no processo de implementação do Plano de Bacias. A Sra. Daniela destacou os erros no momento do planejamento ao estabelecer indicadores errados que dificultam o acompanhamento da implementação, como por exemplo, a definição de metas uma atividade meio e não fim proposto para seu alcance. Destacou que uma ação da ANA é a solicitação do estabelecimento de Manuais Operativos (MOP) para implementação das metas prioritárias do Plano de Recursos Hídricos e que define as funções e responsabilidades para garantir que o plano esteja formatado no âmbito da implementação e não se encerre apenas na fase de diagnóstico e planejamento. A Sra. Caroline agradeceu pelas participações e deu prosseguimento na pauta. **6. Reativação do GT- Implementação:** A Sra. Caroline informou que o Grupo de Trabalho foi recomposto e atualizado na última reunião e ficou com os seguintes membros e representantes: ABCON, representado pela Sra. Ana Paula Fernandes Abrahão; ASSEMAE, representado pelo Sr. Paulo Roberto Szeligowski Tinel; CIESP - Bragança Paulista, representado pelo Sr. Michele Consolmagno; Consórcio PCJ, representado pelo Sr. Flávio Forti Stenico; DAE Jundiá, representado pela Sra. Maria das Graças Martini; DAEE, representado pela Sra. Caroline Túbero Bacchin; Elo Ambiental, representado pelo Sr. Francisco Paulo Oliva Barijjan; IPSA-C, representada pela Sra. Raquel Eliana Metzner; P. M. Jundiá/SP, representado pelo Sr. Guilherme Theodoro N. P. de Lima; SABESP, representado pelo Sr. Maurício Polezi; SANASA, representado pelo Sr. Paulo Roberto Szeligowski Tinel; SEMAE, representado pelo Sr. Hugo Marcos Piffer Leme; SEMIL, representado pelo Sr. André Luiz Sanches Navarro; SORIDEMA, representado pela Sra. Raquel Eliana Metzner; PM de Jaguariúna/SP, representado pela Sra. Silvana Broleze; ANA, representado pelos Srs. Marcelo Mazzola e Osman Fernandes da Silva; CETESB, que fica aguardando a indicação de representante. A Sra. Caroline questionou os membros

sobre a agenda de reunião. Após discussão, os membros definiram que a próxima reunião, 5ª Reunião do GT-Implementação, será realizada no dia 19/04/2023 às 9h, por videoconferência, e as demais reuniões e dinâmica de trabalho serão definidas na reunião por seus membros. Quanto a ser digital ou presencial, a Sra. Caroline destacou que o grupo definirá e que pode acontecer respeitando os limites orçamentários para apoio. **7. Outros assuntos.** A Sra. Caroline questionou os membros acerca de outros assuntos: **a)** a Sra. Katia Cezarino, representante da Agência PCJ, informou que a Coordenação de Sistema de Informação está participando do GT-Enquadramento no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CTPLAN) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do estado de São Paulo (CRH) e informou que está em processo de contratação de uma empresa para “prestação de serviços de engenharia consultiva referente à elaboração de estudos e propostas para aperfeiçoar os instrumentos de gestão de recursos hídricos, considerando situações de crises hídricas no estado de São Paulo”, que pode ser acessada neste [link](#). Essa iniciativa é fruto de Cooperação Técnica assinada entre a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do estado de São Paulo (SEMIL) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e são compostos por três componentes de ação: i. fortalecimento do sistema de informação e gestão de recursos hídricos em situação de crise; ii. fortalecimento do sistema de gestão dos serviços de abastecimento de água em situação de crise; iii. fortalecimento institucional para a gestão das crises hídricas. Foi também contratada uma empresa para elaboração de diretrizes, critérios e procedimentos para efetivação e/ou atualização do enquadramento dos corpos hídricos d’água superficiais do estado de São Paulo. O Sr. Michele Consolmagno, representante do CIESP DR Bragança Paulista, destacou a importância do assunto enquadramento ser mais bem tratado no âmbito da ANA para resolver conflitos existentes em classificação de uso dos corpos hídricos em áreas transfronteiriças dos estados. **8. Encerramento:** Nada mais havendo para debater, a Sra. Caroline Túbero Bacchin, coordenadora da CT-PB, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, destacando que

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS
Ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-PB – 28/03/2023 – 9h
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

a próxima reunião acontecerá de modo presencial no município de Jaguariúna/SP, com início às 9h30.

Caroline Túbero Bacchin
Coordenadora da CT-PB

Raquel Eliana Metzner
Coordenadora-adjunta da CT-PB